

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.615 - CE  
(2018/0265702-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : FABIANA ROSENO BARBOSA**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA - CE020417A**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE ICÓ**  
**ADVOGADO : LORRAYNE ACIOLY BARBOSA - CE025143**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ART. 1021, § 1º, DO CPC/2015 E ART. 259, § 2º, DO RISTJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. A decisão agravada não conheceu do recurso especial ao argumento de que seria inviável a análise de ofensa a dispositivos constitucionais, por não ter havido o prequestionamento do art. 19-A da Lei nº 8.036/90, bem como por não ter sido devidamente demonstrado o dissídio jurisprudencial, pois a recorrente teria se limitado a transcrever as ementas dos julgados paradigmas.

2. Nas razões do presente agravo interno, contudo, a agravante limitou-se a afirmar que não seria o caso de incidência das Súmulas nº 7 e 83 deste Tribunal. Ademais, quanto ao dissídio, apenas aduziu que foram apresentadas nas razões do recurso especial "diversas decisões favoráveis à procedência do pleito requerido na exordial, inclusive expôs exaustivamente o entendimento recente dos Tribunais Superiores acerca da necessidade do pagamento do FGTS aos servidores contratados de forma irregular pelo ente público" (e-STJ fl. 341).

3. Nota-se que o agravante não impugnou de forma específica os fundamentos da decisão ora agravada, sendo inviável, pois, o conhecimento do agravo interno, nos termos do art. 1021, § 1º, do CPC/2015 e do art. 259, § 2º, do RISTJ, ante o descumprimento do ônus da dialeticidade.

4. Agravo interno não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília (DF), 28 de março de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

